

Campanha eleitoral encarta ano legislativo e preocupa Presidente

Collor teme que eleição municipal impeça votação de projetos

MARTA SALOMON

BRASÍLIA — Depois de transformar em rotina as semanas de três dias, o Congresso Nacional põe em prática mais uma peculiaridade do calendário político brasileiro: o ano de quatro meses. Descontado o tempo em que deputados e senadores deverão ficar diretamente envolvidos com as campanhas para eleições municipais em outubro, restam menos de quatro meses para legislar em 1992. A contabilidade atormenta o presidente Fernando Collor. "Vamos acabar perdendo o ano", advertiu aos líderes governistas presentes à reunião que marcou o início do terceiro ano de mandato.

Collor espera poder aprovar em 1992 as emendas constitucionais apresentadas há mais de um ano aos parlamentares com objetivo de "modernizar" a economia e produzir um "ajuste" nas finanças públicas. Neste caso, além do tempo escasso o governo terá outro adversário: o temor dos políticos em contrariar seus respectivos eleitores. Algumas das emendas que o governo pretende ver aprovadas tratam de temas polêmicos como a criação de dois novos impostos sobre combustíveis e outro que incide sobre os mutuários do sistema financeiro da habitação, a quebra de monopólios do Estado e a privatização dos serviços de telecomunicações.

Logo no primeiro mês de trabalho do Congresso este ano, Collor pode medir as dificuldades a serem enfrentadas. Em janeiro, o presidente promoveu ampla reforma no governo, dispensando praticamente todos os colaboradores que iniciaram o mandato com ele e aumentou o espaço ocupado pelo PFL no ministério. Mesmo assim, o presidente não conseguiu sequer aprovar a criação da Secretaria de Governo, cujo ocupante será o responsável por facilitar a relação de Collor com os parlamentares. O escolhido como articulador político, Jorge Bornhausen, até hoje é um mi-

nistro sem pasta. A criação do cargo deveria ter sido aprovada semana passada.

Portanto, apesar de ter investido pesado na conquista de uma base de sustentação mais confiável, Collor enfrenta constantemente a ameaça de ter qualquer projeto polêmico do Executivo rejeitado pelo Congresso. A última contabilidade feita pela liderança do governo na Câmara tomou como parâmetro o comportamento dos deputados durante a votação do pedido de urgência para o projeto que fixava novo salário mínimo. Dos 250 deputados filiados a partidos do bloco de apoio, 40 votaram contra o governo. "Tive de fazer boca de urna para evitar a derrota", confessou o líder Humberto Souto (PFL-MG). Com mais três votos, a oposi-

ção impôs a primeira derrota do ano ao governo.

Segundo os líderes governistas, teria sido mais fácil aprovar a criação da Secretaria de Governo, se o presidente tivesse concordado em revogar o decreto baixado em janeiro suspendendo o pagamento do reajuste de 147% aos aposentados. O decreto é considerado inócuo porque já existe uma lei que suspende o pagamento. Collor exigiu o confronto, mas lhe informaram da inevitável derrota, que só não foi consumada durante a semana, porque, assim como o governo, a oposição também não possui maioria na Câmara. Reunidos na quarta-feira, todos os líderes combinaram o adiamento da decisão. "É o impasse da maioria", resumiu um parlamentar.

Wilson Pedrosa/AE—18/9/91



Base instável

Líder do governo, Humberto Souto, inquieto: "Tive de fazer boca de urna para evitar a derrota"